

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA
A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA TRÁGICA DA HISTÓRIA.

Gabriel Giannattasio¹

Tomando como instrumento de análise a segunda extemporânea de Nietzsche, 'Da utilidade e desvantagem da história para a vida'², se quer, aqui, pensar a produção historiográfica contemporânea, partindo do pressuposto de que tal produção está orientada pela chamada 'revolução francesa da historiografia'³, ou, para dizer o mesmo, pelo movimento dos Annales⁴.

Deparamos-nos com um primeiro problema, afinal, o movimento dos Annales não é homogêneo e as chamadas gerações que o marcam são expressões de rupturas em meio às continuidades. Como então superar este problema e tomar os Annales como um 'continuum'? Aqui nada a fazer, a arbitrariedade é a arma de que se dispõe diante de problemas que, tomados na sua acepção mais radical, mostram-se insolúveis. Partirei das análises propostas por Peter Burke, em seu 'Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro'⁵, como uma espécie de fundamentação legitimadora do trabalho que proponho aqui desenvolver. Em sua interpretação, Burke – para além das diferenças marcantes entre uma geração e outra, e que, diga-se de passagem, o historiador inglês não desconhece – situa o observador num lugar estratégico, isto é, na terceira geração do movimento dos Annales, e é exatamente a partir deste ponto que apresentará seu balanço. Situado, portanto, num determinado momento do movimento, fará uma radiografia, mapeando sua herança e indicando elementos de seu espólio para as gerações futuras.

Quais os elementos que interessam à análise que pretendemos aqui empreender e que constituem este 'continuum'? Poderíamos resumi-los estrategicamente da seguinte

forma: crise de identidade da história, crise dos modelos explicativos, crise conceitual e crise de síntese. Abordaremos aqui aspectos das três primeiras ordens.

CRISE DE IDENTIDADE

É sabido que, desde o século XIX, a história – através de seus mais eminentes divulgadores – tem nutrido uma certa ‘aversão’ pela filosofia. Considerada, pela história oficial daquele século, como uma disciplina de caráter especulativo, ela oferecia mais problemas que soluções para um campo que se pretendia vocacionado à ciência. Em meio à crise dos saberes, que marca a virada do século XIX para o XX, esperava-se que a nossa chamada ‘revolução historiográfica’ – chamo-a de nossa por situá-la no território do historiador – re-considerasse tal comportamento. Em particular, se pensarmos que os problemas imperativos nascidos naquela conjuntura dizem respeito aos limites do que é possível conhecer, perceberemos, então, que eles possuem uma origem epistemológica e estão localizados num espaço que é próprio ao do saber filosófico. Mas uma importante fonte de inspiração do movimento dos Annales, o filósofo e historiador Henri Beer⁶, afirma, paradoxalmente, numa carta datada de 1911:

“Sou um simples historiador, não um filósofo, cultivo o meu jardimzinho, cumpro o meu ofício honestamente, não me meto naquilo que me ultrapassa” (Beer apud Saliba).

Deste ponto de vista, a renovação da história deveria se realizar apenas a partir do interior da oficina do historiador. O que oculta uma tal afirmação? Mas, para além do que oculta, há ainda uma pergunta mais incômoda: teria um tal vaticínio se constituído numa espécie de regra para a historiografia do século XX? Se não, como interpretar a crítica expressa por um dos expoentes da terceira geração dos Annales, Jacques Le Goff, e formulada quase quarenta anos depois da fundação do movimento? Nas palavras dele é

preciso reconsiderar os caminhos da produção historiográfica, para que a história deixe de ser ‘o baú, a torta de creme ou o álibi da preguiça epistemológica’.

Se a história mergulhava numa crise de identidade desde a aurora do século passado, crise esta que contribuiu para estreitar seus laços com as chamadas ciências sociais, seria injustificável a manutenção de uma tipo de ‘apartheid’ filosófico ou, para ser mais preciso, epistemológico. Afinal, um dentre os problemas mais urgentes que se apresentavam era o de saber o que seria possível à história saber. Problema histórico, filosófico e político por excelência.

A história é uma espécie de expediente metafísico que os espíritos menos dotados necessitam para justificar a existência: a lembrança como instrumento de minha doce vingança. Na sua incapacidade de esquecer, o homem precisa lançar mão de uma força suplementar à força do ‘lembrar-se’, mas este ‘lembrar-se’ estará, ora a serviço de forças transcendentais à vida: Deus, Partidos, Estados, Ideologias Sociais; ora à disposição daquelas outras, imanentes à própria vida. E aqui, a vingança pode estar tanto a serviço das forças coletivas e sociais, como a disposição dos ressentimentos individuais. Diante da crise de identidade da história, a pergunta trágica seria: a serviço de quem está a história? Ou melhor: a serviço de quem se encontra a ‘tua história’? A pergunta acerca da identidade é dirigida às individualidades, ao homem singular, dotado de força plástica suficiente para ‘lembrar-se’, de modo que a lembrança favoreça a sua existência.

Isto nos remete, diretamente, à preciosa questão da ‘história problema’. A ‘revolução francesa da historiografia’ muitas vezes, é nomeada como sinônimo da ‘história problema’, o que significa dizer que a história deixou de ser meramente descritiva e, portanto, uma captura do passado – consagrada através da fórmula rankeana de uma narrativa do que realmente aconteceu – para se constituir numa nova compreensão que agora se dispõe a sacrificar a ‘objetividade do conhecimento histórico’ em nome de uma ‘história do tempo presente’. O passado deixa de existir de forma independente do sujeito,

de sua cultura e das relações sociais que ele estabelece – o que equivale dizer, das relações de força que atravessam o sujeito, e também das forças que ele próprio é capaz de lançar mão neste jogo – e passa a ser visto como uma espécie de matéria inerte à espera da força que o historiador irá lhe imprimir. À maior ou menor potência do historiador está associado todo o sucumbir.

O historiador, em seu trabalho de pesquisa vê-se agora diante de um velho problema que se apresenta com uma nova roupagem: sabe ele, de ante-mão, onde quer chegar com sua pesquisa? Suas mãos terão a potência e a habilidade necessárias para não sucumbir aos desejos, às forças, às vontades alheias? Pode o historiador resistir, mesmo diante da força dos documentos? A retórica, muito mais do que a prova, é o instrumento de sedução do historiador. Penso, honestamente, que um curso de retórica deveria ser disciplina obrigatória nas academias de nossos tempos. E aqui, não se pode deixar passar despercebida a astúcia argumentativa de Ginzburg⁷. Afinal, só quem conhece os princípios elementares da arte do convencimento, isto é, a astúcia do retórico, poderá perceber o exagero premeditado de que ele lança mão para estabelecer uma clara e radical oposição de valores, entre retórica e prova na obra nietzscheana. Não há, no filósofo alemão, nenhuma espécie de oposição absoluta dos valores. Há tensão, jogo de forças, disputas pelo centro, mas, jamais, isto ou aquilo, como insinua o historiador italiano no ensaio de abertura de seu 'Relações de força: história, retórica e prova'.

Diante da primeira das crises, a sabedoria trágica nos ensinaria a não querer resolvê-la, mas, antes, a habitar seu universo.

CRISE DOS MODELOS EXPLICATIVOS

A primeira geração dos Annales (1929-1945), mais que a segunda, entregou-se a oportuna aventura de navegar com a história em mares abertos e nunca dantes

navegados. Nada de modelos, categorias explicativas, fatores determinantes da história: agora, tudo interessa ao homem e nada é estranho ao historiador. E aqui, diga-se de passagem, nem os velhos paradigmas da história política, nem a tardia ortodoxia marxista tiveram acolhimento. O que se almejava era a história total, em outras palavras, a história na sua pluralidade mais ampla de campos (social, econômico, cultural, geográfico, religioso), na sua diversidade de tempos (indicando que cada tempo histórico criava um juízo do passado, ou para ser mais preciso, juízos do passado; incorporando também, a idéia de que o próprio tempo é atravessado por distintas temporalidades) e na sua riqueza de perspectivas (esta reconheceria o lugar a partir do qual o historiador observa os fenômenos históricos).

No século XIX, a história constitui-se – e o historicismo é um sintoma dos tempos – numa espécie de território comum do conhecimento, portanto, numa disciplina que não pode ser negada pelos outros campos do saber. O historicismo é uma espécie de diagnóstico necessário ao século XIX, de tal forma que todos os fenômenos passam a estar submetidos à chave do tempo, tudo se explica e se compreende como criação do tempo. Entretanto, já na virada do século XIX para o XX, o historicismo deverá enfrentar a grande crise que sobre ele se abate. Ora, no entender de Karl Popper, o historicismo se confundia com o marxismo, pois havia sido Marx o que mais adiante havia levado este projeto de uma Ciência Social fundada numa espécie de história como a chave dos tempos, ou que reconhecia no tempo a sua categoria explicativa. O início do século XX anuncia a crise do historicismo.

A história passa a se reconhecer como um domínio a mais desta crise, como uma expressão a mais deste homem problemático: nascia, no início do século XX, a história-problema. Não se trata mais de perseguir a verdade. A crise instalada solicitava uma nova linguagem e a história deixava de ser a narrativa 'do que realmente aconteceu' para se transformar em representações do passado, criadas a partir dos problemas formulados

pelo homem do presente. Nas palavras de Burke, o historiador interpreta conflitos como conflitos de interpretação. Nascia a história moderna como representação do passado⁸. Ainda no século XIX, o autor da ‘segunda extemporânea’ assim entendia os dilemas do historiador:

“Não, justamente não há fatos, somente interpretações. Nós não podemos constatar nenhum *factum* ‘em si’: talvez seja um contra-senso querer esse gênero de coisa (...) São nossas necessidades *que interpretam* o mundo: nossos instintos, o seu pró e o seu contra”⁹

E pouco resolve perguntar: então, quem interpreta? Afinal, o intérprete é um interpretante em permanente devir, ele não é, ele se encontra naquela circunstância, naquele lugar, atravessado por determinadas vontades e desejos!

Desde Nietzsche, mas poderíamos recuar ainda mais no tempo, ou se quisermos adotar uma postura mais compreensiva e tolerante, desde a virada lingüística saussureana no início do século XX, não podemos tomar a linguagem na sua neutralidade valorativa. As palavras são politicamente marcadas, trazem os sinais da batalha e só através de um efeito do esquecimento podemos considerá-las, de forma ingênua, como expressão de uma realidade ou de uma universalidade. A linguagem está atravessada pela política, pelas relações de poder e, ainda hoje, raramente nos dedicamos a refletir sobre os valores que cada termo carrega em sua bagagem.¹⁰

E o que me pergunto, é se a historiografia do século XX, inaugurada pelos Annales e por eles inspirada, submeteu-se a esta espécie de psicanálise da linguagem.

É comum na historiografia encontrarmos trabalhos que se colocam em sintonia com o diagnóstico de crise dos paradigmas, da falência dos modelos explicativos universalizantes, da crise de métodos, dos conceitos e definições, e que se aliam, portanto, aos pressupostos que agitaram a assim chamada ‘revolução francesa da historiografia’. Afinal a linguagem – e aqui me refiro especialmente à linguagem

historiográfica – não suportaria mais a utilização de termos que têm na política da verdade seu centro de formação. A idéia de verdade tem um nascedouro – deveríamos, quem sabe, remontar à filosofia socrático-platônica para compreender a política da verdade, como momento de gestação de uma cultura fundada na idéia de que para todas as perguntas legítimas só poderíamos obter uma única resposta verdadeira – tal política popularizou-se com o judaísmo/cristianismo e ganhou, finalmente, sua configuração mais íntima a nós através da filosofia moderna. A ‘Escola dos Annales’, ao colocar no centro de seu combate uma certa perspectiva da história – perspectiva esta que privilegiava uma história científica, restringindo o conhecimento historiográfico a uma narrativa de fatos e acontecimentos – alimentou a crise das certezas tão característica aos diversos campos do saber na virada para o século XX. Naquele momento, falava-se de uma física moderna, para não se falar de uma física clássica; falava-se de uma arte moderna, para não se falar de uma arte clássica, falava-se da renovação e da revolução dos saberes e do nascimento de um novo sujeito, neste e deste processo, ‘o homem problemático’.

CRISE CONCEITUAL

Num horizonte impregnado pelo relativismo – marca do pensamento do século XX – toda espécie de conhecimento fundado em valores conceituais exigirá sempre uma espécie de nota explicativa. A rigidez dos conceitos – lembrando a definição do filólogo Nietzsche ao afirmar que ‘todo conceito nasce da igualação do não igual’¹¹ – impedia a necessária mobilidade e agilidade intelectual imposta por uma sociedade do conhecimento perspectivista. Assim, diante de toda definição que se pretendia dotada de explicação universalista – e esta é uma característica da linguagem conceitual – exigia-se o acompanhamento de um senão.

Esta crise conceitual não deixou a historiografia do século XX ileso, pois ao apoiar-se numa crise de valores, e dirigindo-a contra as estruturas que sustentavam a tradicional

narrativa da história, a moderna historiografia viu-se órfã dos conceitos. A partir dali toda a tentativa de oferecer definições que aspirassem à universalidade, imediatamente entravam em colapso.

Vejamos um exemplo desta operação. Contra uma historiografia elitista, que tratava os homens e a sociedade dos homens como uma espécie de 'rebanho que necessitava de pastores', a historiografia dos Annales deslocou o eixo interpretativo enfatizando a sociedade, ao invés do Estado e de seus agentes. Começava a se constituir ali uma espécie de hegemonia da história social no discurso historiográfico do século XX¹². A hegemonia da história social, na produção historiográfica contemporânea, foi alimentada por um preconceito dos pais da Escola dos Annales. Em oposição a uma história elitista, que privilegiava o Estado através de seus agentes, reis, monarcas, heróis, estadistas modernos e suas instituições, os annales propuseram uma 'história sob a perspectiva dos de baixo', uma história social construída no anonimato de seus agentes. Pela primeira vez o povo entra, de forma decisiva, na cena historiográfica e irrompe com tal violência que agora tudo é história social, como se o social fosse a grande matriz explicativa, fora da qual nada poderia ser compreendido. O que exigiria afirmar que, mesmo quando fazemos história biográfica, é no tecido social que as individualidades se constituem e isto independentemente da configuração do biografado. Como se a história tivesse se livrado do caos do conhecimento e encontrado seu porto seguro em novas bases explicativas.

Ainda no século XIX, Nietzsche denominava este modelo como 'história sob o ponto de vista das massas' e assim, a ele, o filósofo alemão se referia:

"(...) basta que se continue a escrever a história do ponto de vista das massas e a procurar nela aquelas leis que podem ser derivadas das necessidades das massas, portanto as leis de movimento das mais baixas camadas de lama e de argila da sociedade. Somente sob três perspectivas as massas me parecem merecer um olhar:

uma vez, como cópias esmaecidas dos grandes homens, impressas em mau papel e com chapas gastas, em seguida como obstáculo contra os grandes e, enfim, como instrumento dos grandes; de resto, leve-a o diabo e a estatística!”¹³

Em nossos dias, alguém ainda duvida deste diagnóstico? Agora que elas, as massas, triunfaram!

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Núcleo de Estudos do Romantismo – NERO – e autor de **Sade, um anjo negro da modernidade** (Imaginário:2000), **Próxima parada: o haras humano** (Atrito Art: 2004).

² NIETZSCHE, F. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. CASANOVA, Marco Antonio. Rio de Janeiro:Relume Dumará, 2003.

³ BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. Trad. ODÁLIA, Nilo. São Paulo:Edunesp, 1991.

⁴ Não desconheço as pluralidades que se abrigam no interior deste vasto movimento denominado Annales. Reconheço que se há algo que permite agregar tanta diversidade, este elemento deverá ser encontrado na recusa de se fazer uma história tradicional nos moldes daquela que se praticava de forma hegemônica até a metade do século passado.

⁵ BURKE, Peter. ‘Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro’ in: A escrita da história. Trad.LOPES, Magda. São Paulo:Edunesp, 1992.

⁶ SALIBA, Elias Thomé. ‘Mentalidades ou história sócio-cultural; a busca de um eixo teórico para o conhecimento histórico’ in: Revista Margem. São Paulo:Educ, 1992, [p. 29-36].

⁷ Por outro lado, Ginzburg foi preciso em seu diagnóstico ao debitar às influências do pensamento nietzscheano – particularmente, através do texto ‘verdade e mentira no sentido extra-moral’ – as marcas do relativismo cultural na historiografia contemporânea, para tanto basta ler a ‘Introdução’ in: Relações de força; história, retórica e prova. São Paulo:Companhia das Letras, 2002.

⁸ Mas aqui não se deve pensar a representação como o ato de apresentar novamente algo que já não mais se encontra em cena. Afinal, mesmo esta idéia de representação é debitaria da noção insustentável de verdade.

⁹ Fragmentos Póstumos 7 [60], Fragments Posthumes, Automne de 1885 – Automne de 1887, Oeuvres Philosophiques Complètes, Paris, Gallimard, 1978.

¹⁰ MOSÉ, Viviane. Nietzsche e a grande política da linguagem. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2005.

¹¹ NIETZSCHE, F. ‘Verdade e mentira no sentido extra-moral’ in: Os Pensadores. São Paulo:Abril Cultural, 1978.

¹² Ainda que tal tendência só tenha se tornado mais visível a partir dos anos 60 do século passado através dos trabalhos oriundos da historiografia inglesa e tomando como marco de referencia desta o livro de E.P. Thompson ‘A formação da classe operária inglesa’.

¹³ NIETZSCHE, F. ‘Da utilidade e desvantagem da história para a vida’ in: Os Pensadores Obras Escolhidas. São Paulo:Abril Cultural, 1978, p. 70.